

COM BASE NO EDITAL Nº 01/2025



SENADOR CANEDO-GO

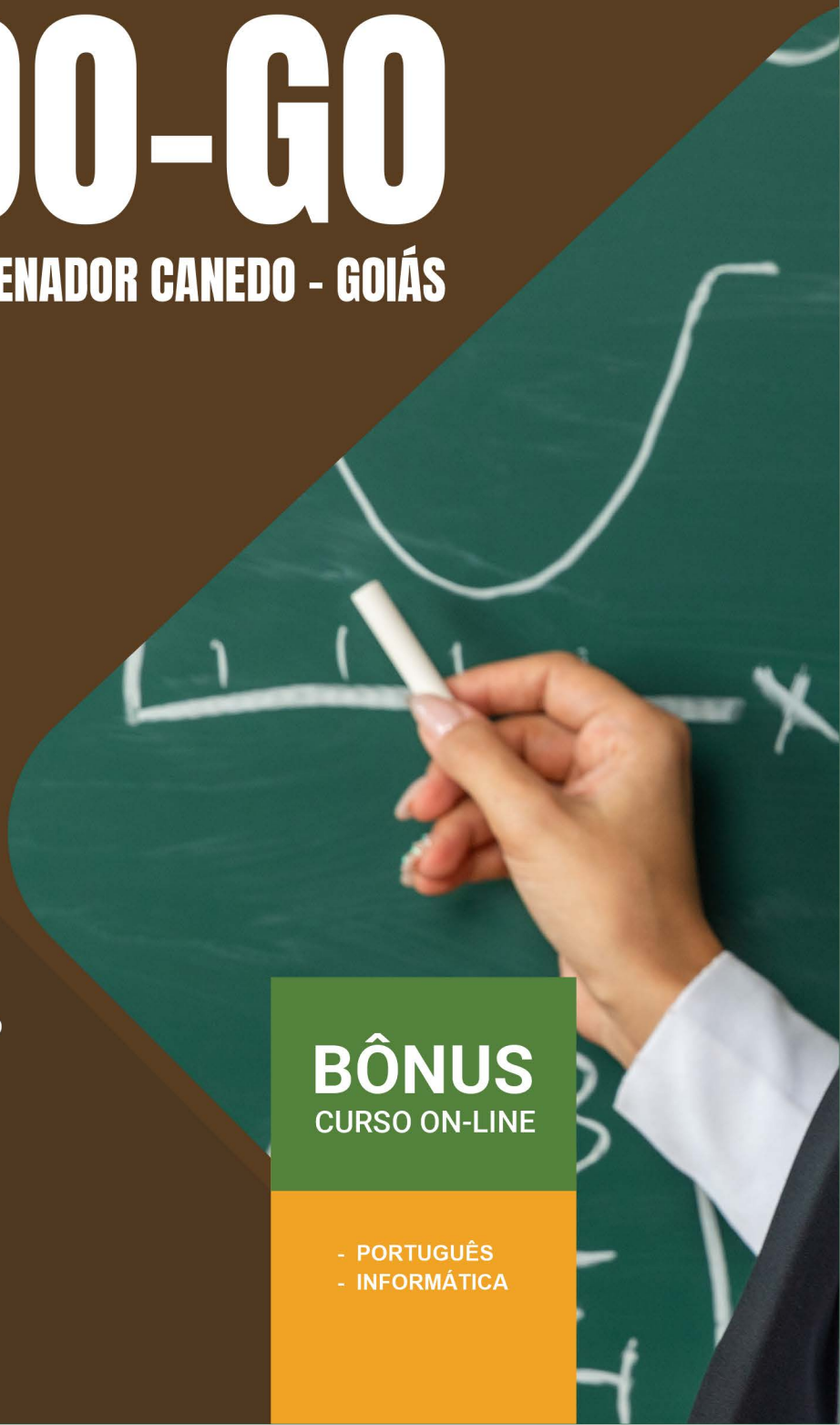
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GOIÁS

PROFESSOR PEDAGOGO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Legislação Aplicada ao Setor Público
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SENADOR CANEDO - GO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO -
GOIÁS**

PROFESSOR – PEDAGOGO

EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2025

CÓD: OP-022NV-25
7908403583683

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de diferentes gêneros e tipologias textuais. Interpretação textual de diferentes gêneros e tipologias textuais. Tipologias textuais: Descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal.....	9
2. Gramática normativa	18
3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto.....	19
4. Organização do texto e fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade)	22
5. Progressão temática em textos.....	24
6. Elementos de sequenciação textual: referência, substituição, repetição, conectores e outros elementos.....	24
7. Tipos de argumento.....	25
8. Classificação gramatical; Morfologia.....	26
9. Análise morfossintática.....	32
10. Fenômenos linguísticos.....	37
11. Concordância verbal e nominal	38
12. Regência verbal e nominal.....	40
13. Colocação pronominal	41
14. Pontuação	43
15. Figuras de linguagem	44
16. Interpretação: documentos legais e normativos	48
17. Acordo Ortográfico de 1990	49

Legislação Aplicada ao Setor Público

1. Constituição Federal de 1988: Capítulo VII – Da Administração Pública, seção I e seção II.....	57
2. Ética no Setor Público	63
3. Noções de Direito Administrativo e princípios da Administração Pública (legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência)	64
4. Poderes administrativos.....	68
5. Atos administrativos	75
6. Processo administrativo.....	88
7. Controle	92
8. Responsabilização.....	98
9. Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021).....	103
10. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992: Capítulo II – Dos Atos de Improbidade Administrativa, Capítulo V – Do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial e suas alterações na Lei nº 14.230/2021)	146
11. Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)	152
12. Noções básicas sobre controle interno e externo (artigos nº 70 a 74 da Constituição Federal/88)	156
13. Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011: Capítulo III – Do procedimento de acesso à informação; Capítulo IV – Das restrições de acesso à informação; Capítulo V – Das responsabilidades).....	157
14. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – Capítulos: I – Disposições Preliminares; II – Do tratamento de dados pessoais e IV– Do tratamento de dados pessoais pelo poder público)	161
15. Lei Orgânica do Município Senador Canedo (Lei nº 01/1990: Capítulo II – Do Poder Executivo, Título II – Da Organização dos Poderes; e Capítulo II – Dos Servidores Municipais, Título III – Da Administração Municipal)	167

ÍNDICE

16. Servidores Públicos do Município de Senador Canedo (Lei nº 1.488/2010).....	170
---	-----

Políticas e Legislação Educacional

1. Teorias pedagógicas e políticas educacionais	199
2. Currículo: relação currículo, cultura e políticas curriculares	205
3. Teorias de currículo e práticas pedagógicas.....	211
4. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	212
5. Didática e prática de ensino: planejamento educacional, materiais curriculares e recursos didáticos	255
6. Função social do ensino e suas relações com o aprender e o ensinar	257
7. Gestão democrática e organização de sala de aula	264
8. Políticas educacionais: relação Estado, sociedade e políticas educacionais	265
9. As políticas educacionais e a construção da escola pública brasileira	271
10. Formação inicial e continuada dos profissionais da educação	281
11. Financiamento da educação	281
12. Plano Nacional de Educação (PNE)	285
13. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996).....	301
14. Constituição Federal de 1988 – Art. 205 a 214	320
15. Educação inclusiva e diversidade: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).....	324
16. Estratégias práticas para inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas	342
17. Diversidade étnico-racial, socioeconômica	344
18. Acessibilidade	345
19. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).....	350
20. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (CNE/CP nº 02/2019) ..	364
21. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)	371

Conhecimentos Específicos Professor – Pedagogo

1. Sociedade, cultura e educação	377
2. Aprendizagem e desenvolvimento.....	378
3. Abordagens do processo de ensino e aprendizagem.....	384
4. Concepções de currículo e organização escolar: estrutura e organização do currículo da educação básica, integração de áreas de conhecimento, objetivos, habilidades e competências.....	388
5. Planejamento, planos e projetos educativos	392
6. Projeto Político Pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação).....	399
7. Prática pedagógica e formação docente: desenvolvimento contínuo do professor, reflexão crítica sobre a prática, formação inicial e continuada	399
8. Educação inclusiva e diversidade: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), estratégias práticas para inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e necessidades educacionais específicas; diversidade étnico-racial, socioeconômica; acessibilidade.....	405

ÍNDICE

9. Avaliação institucional e do processo de ensino-aprendizagem: instrumentos e estratégias de avaliação de estudantes, professores e instituições	405
10. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96 - Títulos IV e V).....	408
11. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental	408
12. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA	408
13. Plano Nacional de Educação (PNE): metas e diretrizes que orientam políticas públicas, planejamento escolar e práticas pedagógicas alinhadas à BNCC e à LDB.....	422
14. Lei Orgânica do Município de Senador Canedo (Lei nº 01/1990: Título VI: Capítulo I Da educação; Capítulo III Da família, da criança, do adolescente, do idoso e do deficiente).....	422

LÍNGUA PORTUGUESA

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS. INTERPRETAÇÃO TEXTUAL DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS TEXTUAIS. TIPOLOGIAS TEXTUAIS: DESCRITIVA, NARRATIVA, ARGUMENTATIVA, INJUNTIVA, DIALOGAL

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.



AMOSTRA

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

TEXTOS NÃO-VERBAIS

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

RELAÇÃO ENTRE TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.



LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: CAPÍTULO VII – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEÇÃO I E SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade

Em relação ao Particular

O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.



AMOSTRA

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, §4º, 150, II, 153, III, e 153, §2º, I; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

a) a de dois cargos de professor; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)



POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

TEORIAS PEDAGÓGICAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

O estudo das teorias educacionais é essencial para a compreensão dos diversos processos de ensino e aprendizagem que ocorrem em ambientes educacionais. Essas teorias fornecem diferentes perspectivas sobre como as pessoas aprendem e sobre como o ensino pode ser planejado e executado de forma mais eficaz. As teorias educacionais não apenas informam a prática pedagógica, mas também influenciam políticas educacionais e a formação de professores. Este texto tem como objetivo explorar algumas das principais teorias educacionais, examinando suas características fundamentais, suas contribuições para a prática educativa e suas aplicações no contexto escolar.

A educação, como campo de estudo, é rica e diversa, com uma vasta gama de abordagens teóricas que ajudam a explicar como o aprendizado ocorre e como pode ser facilitado. Entre essas teorias, destacam-se o behaviorismo, o construtivismo, a teoria sociointeracionista e a abordagem humanista. Cada uma dessas teorias oferece uma visão única sobre o processo educativo e apresenta diferentes métodos e estratégias que podem ser aplicados na sala de aula.

O behaviorismo, por exemplo, foca no comportamento observável e nas respostas a estímulos do ambiente, enfatizando a importância do reforço e da punição no processo de aprendizagem. Já o construtivismo propõe que o conhecimento é construído ativamente pelo aprendiz, com base em suas experiências e interações com o ambiente. A teoria sociointeracionista destaca o papel fundamental da interação social e da cultura no desenvolvimento cognitivo, enquanto a abordagem humanista enfatiza a importância do crescimento pessoal e da autorrealização.

Ao longo deste estudo, serão examinadas essas teorias em detalhes, discutindo-se seus fundamentos, principais teóricos e implicações para a prática educacional. Além disso, serão apresentadas aplicações práticas de cada teoria, oferecendo exemplos de como elas podem ser utilizadas para melhorar o ensino e a aprendizagem em diferentes contextos educativos.

A análise das teorias educacionais não apenas enriquece o conhecimento dos educadores, mas também lhes proporciona ferramentas e estratégias para enfrentar os desafios diários da prática pedagógica. Compreender as diferentes abordagens teóricas permite que os professores adaptem suas metodologias de ensino às necessidades específicas de seus alunos, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva. Em suma, o estudo das teorias educacionais é um passo fundamental para qualquer profissional da educação que deseja melhorar sua prática e contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

► Behaviorismo

O behaviorismo é uma teoria psicológica que se concentra no estudo do comportamento observável dos indivíduos e suas respostas a estímulos do ambiente. Surgida no início do século XX, essa abordagem rejeita a introspecção e os processos mentais internos como objetos de estudo, priorizando a análise das interações visíveis e mensuráveis entre os organismos e seu ambiente. Entre os principais teóricos do behaviorismo destacam-se John B. Watson, que é considerado o fundador da abordagem, e B.F. Skinner, que desenvolveu a teoria do condicionamento operante. Este capítulo abordará os principais conceitos do behaviorismo, seus métodos e aplicações práticas na educação.

John B. Watson e o Condicionamento Clássico

John B. Watson propôs que a psicologia deveria ser uma ciência objetiva e experimental, concentrando-se no comportamento observável. Inspirado pelo trabalho de Ivan Pavlov, Watson adaptou os princípios do condicionamento clássico para o estudo do comportamento humano.

O condicionamento clássico envolve a associação de um estímulo neutro com um estímulo incondicionado que naturalmente provoca uma resposta. Com o tempo, o estímulo neutro passa a provocar a mesma resposta, agora chamada de resposta condicionada.

- **Experimentos de Pavlov:** Pavlov demonstrou o condicionamento clássico em seus experimentos com cães, nos quais o som de uma campainha (estímulo neutro) era associado à apresentação de comida (estímulo incondicionado), levando os cães a salivarem (resposta incondicionada). Após repetidas associações, os cães começavam a salivar ao ouvir a campainha, mesmo na ausência de comida, indicando a resposta condicionada.

- **Aplicações de Watson:** Watson aplicou esses princípios ao comportamento humano, como no famoso experimento com o pequeno Albert, onde uma criança foi condicionada a temer um rato branco ao associá-lo repetidamente com um som alto e assustador. Este experimento demonstrou que emoções e respostas emocionais poderiam ser condicionadas em humanos.

B.F. Skinner e o Condicionamento Operante

B.F. Skinner expandiu os conceitos de Watson ao desenvolver a teoria do condicionamento operante, que descreve como o comportamento é influenciado pelas consequências que se seguem a ele. Skinner introduziu os conceitos de reforço e punição como mecanismos para aumentar ou diminuir a probabilidade de um comportamento ser repetido.

- **Reforço Positivo e Negativo:** O reforço positivo envolve a apresentação de um estímulo agradável após um comportamento, aumentando a probabilidade de sua repetição. Por



AMOSTRA

▪ encorajá-lo a repetir o comportamento no futuro. O reforço negativo, por outro lado, envolve a remoção de um estímulo desagradável para aumentar a frequência de um comportamento. Por exemplo, permitir que um aluno pare de realizar uma tarefa aversiva após responder corretamente a uma pergunta.

▪ **Punição Positiva e Negativa:** A punição positiva envolve a apresentação de um estímulo desagradável após um comportamento, visando diminuir sua ocorrência. Por exemplo, repreender um aluno por se comportar de maneira inadequada. A punição negativa envolve a remoção de um estímulo agradável após um comportamento indesejado, como retirar privilégios ou tempo de recreio.

Aplicações do Behaviorismo na Educação

O behaviorismo tem várias aplicações práticas na educação, especialmente no gerenciamento de sala de aula e no desenvolvimento de programas de modificação de comportamento. Algumas das técnicas mais comuns incluem:

▪ **Reforço de Comportamentos Desejáveis:** Utilizar recompensas e elogios para incentivar comportamentos positivos, como participação ativa, respeito às regras da sala de aula e conclusão de tarefas. Sistemas de pontos ou estrelas podem ser implementados para motivar os alunos.

▪ **Modelagem e Shaping:** A modelagem envolve demonstrar um comportamento desejado para que os alunos possam imitá-lo. O shaping é uma técnica que reforça gradualmente aproximações sucessivas de um comportamento desejado, ajudando os alunos a desenvolver habilidades complexas passo a passo.

▪ **Contratos de Comportamento:** Estabelecer contratos de comportamento com os alunos, onde são definidos comportamentos esperados e as recompensas ou consequências associadas. Isso pode ajudar a criar um ambiente de sala de aula mais estruturado e previsível.

▪ **Gestão de Sala de Aula:** Utilizar técnicas de gestão de sala de aula baseadas no behaviorismo, como reforço positivo para manter a ordem e disciplina, e punições consistentes para comportamentos disruptivos. A clareza nas expectativas e nas consequências ajuda os alunos a entenderem o que é esperado deles.

Críticas e Limitações do Behaviorismo

Apesar de suas contribuições significativas, o behaviorismo também enfrenta críticas e limitações. Uma das principais críticas é a sua ênfase no comportamento observável, desconsiderando os processos mentais internos, como pensamentos, emoções e motivações. Além disso, alguns críticos argumentam que o uso excessivo de reforço e punição pode levar a uma dependência externa, onde os alunos agem de determinada maneira apenas para obter recompensas ou evitar punições, em vez de desenvolverem uma compreensão intrínseca do comportamento adequado.

O behaviorismo, com seus conceitos de condicionamento clássico e operante, oferece uma perspectiva valiosa para a compreensão e modificação do comportamento humano. Suas aplicações na educação são diversas e eficazes, especialmente no

gerenciamento de sala de aula e no incentivo a comportamentos positivos. No entanto, é importante reconhecer suas limitações e integrá-lo com outras abordagens teóricas para proporcionar uma educação mais holística e centrada no aluno.

► Construtivismo

O construtivismo é uma teoria da aprendizagem que enfatiza a construção ativa do conhecimento pelo aprendiz. Em vez de serem vistos como receptores passivos de informações, os alunos são considerados participantes ativos no processo de aprendizagem, que constroem conhecimento através de suas próprias experiências e interações com o mundo. As raízes do construtivismo podem ser encontradas nos trabalhos de Jean Piaget e Lev Vygotsky, cujas teorias sobre desenvolvimento cognitivo e social continuam a influenciar profundamente a educação contemporânea. Este capítulo abordará os principais conceitos do construtivismo, destacando as contribuições de Piaget e Vygotsky, bem como suas implicações práticas para o ensino.

Jean Piaget e a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo

Jean Piaget, um psicólogo suíço, é um dos principais teóricos do construtivismo. Ele propôs que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento cognitivo, cada um caracterizado por diferentes capacidades de pensamento e compreensão. Piaget acreditava que o aprendizado ocorre quando as crianças interagem com o ambiente e constroem seu próprio entendimento através de processos de assimilação e acomodação.

Estágios de Desenvolvimento: Piaget identificou quatro estágios principais de desenvolvimento cognitivo:

▪ **Sensório-motor (0-2 anos):** Neste estágio, as crianças exploram o mundo através de seus sentidos e ações motoras. Elas desenvolvem a noção de permanência do objeto, ou seja, a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

▪ **Pré-operacional (2-7 anos):** As crianças começam a usar símbolos, como palavras e imagens, para representar objetos e eventos. No entanto, seu pensamento ainda é egocêntrico e elas têm dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros.

▪ **Operacional Concreto (7-11 anos):** As crianças desenvolvem a capacidade de pensar logicamente sobre eventos concretos. Elas podem realizar operações mentais, como classificação e seriação, e entender conceitos de conservação.

▪ **Operacional Formal (a partir dos 12 anos):** Neste estágio, os adolescentes desenvolvem a capacidade de pensar abstratamente e de raciocinar sobre hipóteses. Eles podem usar o pensamento dedutivo e considerar múltiplas perspectivas.

▪ **Processos de Aprendizagem:** Piaget introduziu os conceitos de assimilação e acomodação para descrever como as crianças aprendem. ****Assimilação**** é o processo de incorporar novas informações em esquemas existentes, enquanto ****acomodação**** é a modificação de esquemas existentes para incorporar novas informações.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor – Pedagogo

SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

A educação tem o compromisso social de desenvolver as capacidades cognitivas, físicas e afetivas do indivíduo, preparando-o para exercer cidadania participativa na sociedade em que se encontra inserido. Em outras palavras, a função social da escola no que tange à garantia de direitos consiste na formação do cidadão com consolidação dos valores de solidariedade e comprometimento com a transformação do meio social.

► Constituição Federal 1988 - Artigo 205

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

► LDB (1996)

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” (TÍTULO I Da Educação Art. 1º)

▪ **Aprendizagem:** é a função básica da escola, e consiste em assegurar a aquisição de habilidades, conhecimentos e valores fundamentais à socialização do aluno, fazendo-se imprescindível que a escola proporcione o domínio dos temas culturais elementares da escrita, leitura, da leitura, das letras e da ciência das artes. O pleno exercício dos direitos do cidadão é completamente inviável sem tais aprendizagens.

▪ **Inclusão:** o direito à aprendizagem e o acesso à educação e constituem garantias constitucionais universais, isto é, são previstos a todos os cidadãos brasileiros como dever a família e do Estado. As práticas educacionais inclusivas propiciam uma realidade putada na diversidade de habilidades, contextos, experiências, e capacidades entre alunos. À medida que as diferenças são respeitadas, maior é o progresso de estudantes e educadores, independente de se tratarem de portadores de quaisquer tipos de deficiências.

▪ **Padrão excludente e capacitismo:** tradicionalmente, a diversidade de habilidades e características intelectuais e físicas foi classificada pelo conhecimento científico e clínico na forma de padronizações excludentes. Essa perspectiva fez conformar-se no decorrer do século XVIII o denominado “corpo normal”, que consistia em um parâmetro arbitrário de humanidade fundamentada em uma série de atributos considerados indispensáveis para se constituir como um sujeito de direitos. Um indivíduo que não se enquadrasse nesses padrões era tido como menos apto e, portanto, era excluído dos ambientes de educação, trabalho e convívio

▪ social. Daí surgiu o capacitismo, fenômeno social e histórico, produto da sucessão estrutural e sistêmica de pessoas portadoras de deficiência.

▪ **Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/2015):** conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trata-se de um grupo de diretrizes que voltadas à seguridade da promoção, em isonomia de condições, do exercício das liberdades e dos direitos fundamentais por pessoas portadoras de deficiência, para fins de sua cidadania e inclusão na sociedade. A LBI tem sua importância na desconstrução dessa tradição histórica, estabelecendo a deficiência como característica indissociável do contexto, por se realizar na interação de um sujeito portador de um ou mais atributos divergentes do parâmetro. Aliás, a deficiência – independentemente de sua ordem – existe apenas na relação com uma realidade saturada de barreiras para inclusão total do indivíduo que a porta. Esses impedimentos podem ser de ordem arquitetônica (banheiros não adaptados, passagens estreitas, etc.), nos transportes (ausência de corrimão e rampas etc.), tecnológicas (que impedem o acesso à tecnologia), urbanística (ausência de sinal sonoro em semáforos e de piso tátil, calçada desnivelada, etc.), na comunicação (ausência de texto alternativo, de libras e legendas).

▪ **Democracia:** na educação democrática, a decisão sobre seu destino é prerrogativa de todos. A divisão das responsabilidades e as resoluções capazes de modificar a posição de cada um são tomadas no coletivo, englobando os administradores, os funcionários, o corpo docente e os pais dos alunos. Assim, cada um está responsável por si mesmo e pelos outros.

▪ **Aprendizagem na Escola Democrática:** essa abordagem se fundamenta no incentivo e na prática do desejo de aprender e ensinar. Essa escola se baseia em três princípios: 1) autogestão - em que os sujeitos que fazem parte de uma experiência de Educação Democrática são responsáveis por ela; 2) prazer do conhecimento - porque se acredita que o aprendizado proporciona prazer e alegria e, sendo assim, aos indivíduos que se envolvem nesse processo não se aplicam disciplinas ou punições; 3) não existe hierarquia no conhecimento, pois, de acordo com esse princípio, os conhecimentos científico, acadêmico, comunitário, tradicional e religioso são respeitados, valorizados e se desenvolvem exatamente no seu contato.

▪ **Cultura:** além da socialização, a educação cultural tem a capacidade de integração dos diversos saberes e a promoção de seu debate em sala de aula. Sabe-se que a socialização do conhecimento é missão da escola, mas também é sua função observar e abordar as manifestações culturais como meio de ensinar e socializar os estudantes. Para que a cultura possa nutrir o processo de aprendizagem, é importante invalidar o caráter excludente do currículo tradicional de muitas escolas,



AMOSTRA

▪ pois isso reforça as desigualdades sociais, diante da adoção de parâmetros culturais discrepantes à realidades dos educandos. Para que haja uma cooperação entre a educação e a cultura, é crucial desconstruir certos estereótipos que ainda vagam nas mentes tanto de professores quanto de alunos, que insistem em legitimar como cultura somente as datas comemorativas tradicionais e as festas popularmente conhecidas. Diante desse cenário, surge a necessidade de postar atenção às demais culturas como um princípio de riqueza que pode aprimorar o processo ensino-aprendizagem, adotando metodologias adequadas para que o educador possa atingir os resultados esperados. A cultura é o componente fundamental no processo ensino-aprendizagem, sendo necessário que a escola a incorpore em seu contexto e a insira nos seus currículos, projetos e demais ações pedagógicas.

▪ **Daltonismo cultural:** uma prática docente multiculturalmente direcionada, (que desafie os obstáculos estabelecidos pela diversidade de culturas na sociedade e nos espaços de ensino) exige uma conduta de superação do 'daltonismo cultural', tão comumente observado nas escolas e agente da negligência do 'arco-íris de culturas'. O exercício docente orientado nesse sentido requer, ainda, uma abordagem de valorização da bagagem cultural resultante da. Requer uma perspectiva que valorize e leve em conta a riqueza decorrente da presença de culturas diversas no ambiente de aprendizado (CANDAU, 2003).

► Os processos de ensino e aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem (PEA) é definido como um sistema de transferência de conhecimento entre professores e alunos, devendo se basear na objetividade do que é necessário ao aprendizado do educando. Não se pode exercer uma educação superficial, mas uma educação que se proponha a aprendizagem e o desenvolvimento, visando à transformação de pensamento dos educandos. A atuação do professor deve ser calcada na contínua reflexão sobre o modo como o ensino é propiciado no ambiente escolar e se há correspondência com a teoria compreendida.

▪ **Componentes pessoais do PEA:** professor e aluno.

Componentes não pessoais do PEA:

▪ **Problema:** manifesta a demanda social. Estabelece a circunstância existente no objeto de estudo e que exige a ação de um sujeito para a sua modificação, para atendimento da demanda e cumprimento do objetivo (Por que se ensina e aprende?).

▪ **Objeto:** trata-se do âmbito portador do problema, que, ao progredir, transforma-se na solução para o problema, levando ao alcance do objetivo (O que se desenvolve?).

▪ **Objetivo:** consistem nas aspirações ou objetivos a se alcançar no PEA para se atingir as mudanças pretendidas tanto nos educandos quando nos educadores (Por que ensinar e por que aprender?).

▪ **Conteúdo:** compreende toda cultura acumulada pela humanidade e que deve ser objeto de aprendizado pelos educandos, como forma de se atingir os objetivos estabelecidos [O que se ensina e o que se aprende?].

▪ **Método:** trata-se da forma, isto é, a programação que se deve seguir no PEA para que os educandos possam se apropriar de todo o conteúdo transmitido e, assim, cumprir os objetivos [Como se ensina e como se aprende?].

▪ **Meios:** consistem nos objetos materiais dos quais se fazem uso no PEA como suporte das metodologias, a fim de que os educandos possam se apropriar do conteúdo transmitido mais eficiente e eficazmente possível, e, assim, cumprir os objetivos [Com o que se ensina e com o que se aprende?].

▪ **Formas organizativas:** compreende toda ordenação externa que o PEA adota em conformidade com os objetivos que os educandos devem atingir e com o conteúdo a ser assimilado. Como organizar a relação educador/educando?].

▪ **Avaliação:** reflete as mudanças realizadas pelos educandos, se estão ou não em conformidade com o objetivo [Qual foi o nível de aprendizado?].

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

A relação entre aprendizagem e desenvolvimento é um tema central nas ciências da educação, sendo fundamental para entender como as pessoas adquirem conhecimentos, habilidades e comportamentos ao longo de sua vida. Esses dois processos estão intimamente interligados, embora sejam conceitos distintos. Enquanto o desenvolvimento se refere às mudanças graduais e sistemáticas que ocorrem ao longo do tempo, afetando as capacidades cognitivas, emocionais e físicas, a aprendizagem é o processo pelo qual uma pessoa adquire, modifica ou reforça comportamentos, conhecimentos ou habilidades por meio da experiência, estudo ou ensino.

No campo da educação, compreender essa interação é essencial para criar ambientes e práticas pedagógicas que respeitem as fases do desenvolvimento dos alunos e estimulem o aprendizado eficaz. O desenvolvimento humano não é um processo linear; ele ocorre em múltiplas dimensões, como a cognitiva, emocional e social, todas influenciadas por fatores internos e externos. A aprendizagem, por sua vez, é uma peça-chave para o desenvolvimento, pois é por meio dela que os indivíduos transformam suas experiências em conhecimento aplicável.

DIFERENÇAS ENTRE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

A distinção entre os dois conceitos pode ser vista no seguinte:

▪ **Desenvolvimento:** Envolve mudanças estruturais, permanentes e contínuas. Por exemplo, o desenvolvimento físico de uma criança inclui o crescimento muscular, enquanto o desenvolvimento cognitivo inclui o avanço na capacidade de resolver problemas e pensar de maneira abstrata.

▪ **Aprendizagem:** Relaciona-se com a aquisição de novas habilidades ou informações que podem ou não alterar estruturas permanentes. Por exemplo, aprender a resolver um novo tipo de equação ou entender um conceito de história é algo que pode ser aprendido rapidamente, mas se relaciona ao estágio de desenvolvimento em que a pessoa se encontra.





GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

